

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Ato do Fórum reuniu caravanas de todo o estado e pressionou pelo 13° na Unesp

O ato público convocado pelo Fórum das Seis para a frente da Reitoria da Unesp, na manhã de 13/12, reuniu servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da maior parte dos campi da Universidade. A atividade também contou com representações das entidades sindicais e estudantis da Unicamp, USP e Centro Paula Souza. O objetivo foi cobrar o pagamento do 13° salário aos servidores estatutários da Unesp, que continua indefinido até o momento.

Nas falas dos vários oradores, foi destacada a conjuntura de desmonte que assola as universidades públicas, produto da falta de financiamento adequado, de muita subserviência dos reitores ao governante de plantão e dos inúmeros ataques que têm sido perpetrados contra essas instituições ao longo dos anos. No entanto, também foi enfatizado que o 13° salário não é um benefício, mas sim parte do salário dos servidores, sendo obrigação legal da Administração pública garanti-lo.

Na véspera do ato, após me-



ses de tentativas de diálogo por parte das entidades sindicais da Unesp, o reitor Sandro Roberto Valentini convidou Adunesp e Sintunesp para uma conversa. Ele relatou as várias reuniões feitas com membros do governo paulista para reforçar a solicitação de suplementação orçamentária e financeira para a Unesp, mas declarou, no entanto, que não havia resultado concreto algum até o momento.

Questionado pelos representantes dos sindicatos, o reitor admitiu que a Universidade tem reservas em valores quase suficientes para arcar com o pagamento do 13° salário dos estatutários, mas que não poderia utilizá-los,

pois isso deixaria o caixa descoberto em 2019. Em resposta, os diretores sindicais acentuaram que, antes de qualquer uso destes recursos, a prioridade deve ser o pagamento do 13° salário dos servidores estatutários.

Adunesp e Sintunesp ajuizaram ações para garantir o pagamento do 13° salário aos estatutários e aguardam a manifestação da justiça.

Em tempo: Na data de fechamento deste boletim, em 17/12, a Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão da Unesp divulgou comunicado, solicitando às áreas de RH, Finanças e Contabilidade que “não tomem nenhuma providência relativa

ao encerramento do exercício até nova comunicação, que poderá ocorrer inclusive no período de recesso, por se tratar de atividade essencial”.



As universidades e a construção das liberdades democráticas

Logo após a realização da manifestação em frente à Reitoria da Unesp, o Fórum das Seis promoveu um importante ato/debate na Assembleia Legislativa (Alesp). A atividade, intitulada “**As universidades e a construção das liberdades democráticas**”, teve o apoio do mandato do deputado Carlos Giannazi (PSOL-SP), e foi realizado no auditório Paulo Kobayashi.

Na primeira parte do debate, foi abordado o tema “**Os 50 anos do AI-5, os 30 anos da Constituição Federal e a conjuntura política atual**”, com a presença dos professores Henrique Tahan Novaes e Anderson Deo, ambos do campus da Unesp de Marília.

Os palestrantes resgataram alguns aspectos históricos do Ato Institucional Nº 5 (o AI-5), baixado pelo governo militar quatro anos após o golpe de 1964. O AI-5 significou um endurecimento ainda maior do regime, com o fechamento do Congresso Nacional, cassação de parlamentares, demissão de funcionários públicos, suspensão do *habeas corpus* e demais garantias constitucionais, abrindo espaço para a institucionalização da tortura e da censura.

Eles também falaram sobre os 30 anos da Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, após um trabalho de quase dois anos da Assembleia Nacional Constituinte, eleita para redigir a Carta Magna no momento em que o país saía da ditadura militar e estava sob o calor das fortes lutas pelas “Diretas, Já!”.

Presente ao debate, o deputado Giannazi, à época militante do PT, lembrou que o partido se recusou a assinar o texto final, por considerar que havia ficado aquém das reivindicações dos movimentos sociais, como a questão da



O primeiro debate: Os 50 anos do AI-5, os 30 anos da Constituição e a conjuntura atual



concentração das terras e a necessidade da reforma agrária. “Mas é indiscutível que houve vários pontos positivos, todos produtos das lutas populares, como a criação de um sistema público e universal de saúde e educação, o estabelecimento de um salário mínimo real, entre outros. O problema é que muitos destes avanços não saíram do papel.”

Tahan e Deo opinaram que a conjuntura atual guarda relação direta

com os fatos que cercam o AI-5 e a existência da Constituição. “Vivemos a ascensão de um governo de características fascistas no país, que tem na ideologia do ódio, na repressão e nos ataques aos direitos sociais e trabalhistas sua maior marca”, disse Tahan. Ele considera que a dobradinha Bolsonaro-Doria tentará impor o maior ciclo de mercantilização





da história do país, com a privatização de setores importantes, com a entrega do pré-sal às multinacionais, a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, mais retirada de direitos por meio do aprofundamento da reforma trabalhista e da reforma previdenciária. “As universidades passam a ser tão atacadas pelo papel crítico que cumprem na sociedade”, avaliou Taham.

“A meta deste novo governo é legalizar o trabalho escravo no país”, frisou Deo. Assim como Taham, ele considera a reação e a luta os únicos caminhos para inverter esse jogo. “Temos que apostar na organização e na resistência coletivas, nas ruas, para impedir esses ataques e preservar nossos direitos”.

Autonomia em debate

Na segunda parte do evento, os professores Otaviano Helene (USP), João da Costa Chaves Jr. (Unesp) e José Vitorio Zago (Unicamp) debateram os 30 anos do decreto de autonomia universitária nas estaduais paulistas.

Eles resgataram os principais aspectos históricos que cercaram a iniciativa do então governador Orestes Quércia, de decretar a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, em fevereiro de 1989. Os servidores das universidades estaduais paulistas haviam participado, no ano anterior, de uma grande greve do funcionalismo público paulista, que durou 60 dias e obteve conquistas financeiras expressivas.

O decreto adaptava a situação das estaduais paulistas ao previsto na recém-aprovada Constituição Federal, que estabelecia a autonomia universitária

De cara, um problema se apresentou: Quércia determinou que as universidades passariam a ser mantidas com um percentual fixo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 8,4%, que foi calculado sobre a média de repasses dos três anos anteriores. Ocorre que, no ano anterior à autonomia, este repasse já estava na casa dos 12% do ICMS-Quota-parte do Estado. Nos anos seguintes, a luta da comunidade universitária forçou a



O segundo debate: História e desafios sobre a autonomia nas estaduais paulistas

elevação do índice: para 9% em 1992 e 9,57% em 1995, percentual ainda insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão nas estaduais paulistas, que nos anos 2000 foram submetidas a uma expressiva expansão, aumentando em cerca de 100% o número de estudantes de graduação. Mesmo sofrendo as consequências deste processo, sem a devida contrapartida de recursos perenes, estão entre as melhores universidades do país.

Outro problema relacionado à autonomia foi a desvinculação da comunidade universitária do restante do funcionalismo, estabelecendo outro teatro de luta para as universidades, uma vez que retirava o governador e punha os reitores na mesa de negociação, enfraquecendo a luta, que antes era conjunta. “Passamos a focar nossas lutas contra as reitorias, deixando o governo em segundo plano e em situação confortável”, ponderou Otaviano.

A propósito, quando pressionados pela comunidade, os reitores frequentemente alegam autonomia universitária para justificar inclusive diferenças salariais entre servidores das três universidades, como é o caso dos 3% concedidos pelo Cruesp em 2016 e jamais pagos pela reitoria da Unesp, e das políticas de permanência estudantil, muito diferentes entre elas. Por outro lado, sua atuação tem sido pífia quando se trata da luta por mais recursos por ocasião da tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os reitores

quase sempre se limitam a mandar ofícios – este ano, fora do prazo regimental – com propostas de emenda ao relatório elaborado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

O decreto de autonomia também estabeleceu os mecanismos de escolha dos dirigentes universitários, a partir de lista tríplice enviada ao governador. Essa forma de escolha acaba por estabelecer uma relação entre o reitor escolhido e o governador, cuja natureza, ao que tudo indica, tem feito com que os reitores sejam extremamente sensíveis aos pleitos do Executivo na condução das suas universidades. Um exemplo importante é a permeabilidade deles aos pedidos de criação de novos *campi*, sem a contrapartida de recursos perenes, como evidencia o processo de expansão dos anos 2000. “É evidente que precisamos lutar para democratizar a gestão universitária”, destacou Zago.

Finalmente, citando pesquisa feita no âmbito da Comissão da Verdade da Adunesp, Chaves criticou o fato de que persistem “entulhos autoritários” nos regimentos e estatutos das universidades. Assim como os outros palestrantes, ele considera a luta como o único caminho possível para democratizar as estruturas de poder das universidades e garantir financiamento público e suficiente para mantê-las. “Mais do que nunca, temos que nos organizar e reagir.”